

## Entrada da Venezuela deve fortalecer Parlasul

Essa é a opinião do presidente do parlamento regional, Aloizio Mercadante, e da maioria dos parlamentares do bloco. 3

## Valter Pereira leva ao STF cópia do projeto de CPC

Relator disse ter comunicado a Cezar Peluso que o "Congresso quer a forte participação" do Supremo na aprovação da proposta. 3

## CCJ apura denúncias contra o governo

Servidora da Receita acusada de quebrar sigilo fiscal de vice-presidente do PSDB é uma das depoentes. 4

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.284 – Brasília, quarta-feira, 11 de agosto de 2010

# Lula veta prioridades da LDO definidas pelo Congresso

## O que sai e o que fica

Principal contribuição do Congresso à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 foi barrada pelo presidente Lula

### VETADO

As **603 ações definidas pelo Congresso como prioritárias** em 2011 foram vetadas. Elas incluíam, por exemplo, os **investimentos em rodovias**. O Executivo só manteve prioridade sobre as 92 ações que ele mesmo havia definido. Segundo consultores do Senado, o governo recupera dessa forma o controle total para definir as obras que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

### MANTIDO

Congresso dará a palavra final sobre as **obras federais com indícios de irregularidades graves** e poderá suspender o repasse de recursos federais. Correção do **salário mínimo** será pela variação real do PIB (produto interno bruto) de 2009, o que daria um valor de R\$ 535,91. Fica aberta a possibilidade de adoção de nova regra, se aprovada "legislação superveniente".

Se prevalecer o veto presidencial, futuro governo poderá dispor de elevado grau de liberdade para definir obras do PAC

O presidente Lula vetou 603 ações do anexo de prioridades e metas da LDO para 2011. Aprovado no início de julho, o texto da lei sancionada foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*. O governo retirou desse anexo as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e cortou da lista grande parte das ações nele incluídas por senadores

e deputados, por meio de emendas. Dessa maneira, retirou-se do texto o nível de detalhamento de metas do PAC que tinha sido inserido pelo Congresso. O governo acatou, contudo, as alterações que devem garantir aumento real para o salário mínimo e devolução ao Congresso da prerrogativa de dar a palavra final sobre obras com indício de irregularidades graves. 4

## Plenário homenageia Rede União de Rádio e Televisão



O Senado prestou ontem homenagem à Rede União de Rádio e Televisão, a pedido do senador Geraldo Mesquita Júnior. O grupo, com sede em Fortaleza, tem emissoras próprias também em Brasília e Rio Branco, além de parcerias para retransmissão em canal aberto em diversos estados. 2

Acompanham o discurso de Mesquita Júnior (E) Serguey Akopov, Marcos Tolentino da Silva, José Alberto Bardawil, Adelmir Santana, José Mário dos Martins Coelho e Baker Fattah Hussein

Autor do pedido de homenagem, Geraldo Mesquita Júnior afirma que emissora fundada em 1988 como afiliada da TV Bandeirantes foi decisiva na história da imprensa do Acre



Alvaro Dias discursando em sessão presidida por Mesquita Júnior (à mesa, ao centro) e que reuniu representantes da empresa

## Senado homenageia Rede União de Rádio e Televisão

O SENADO HOMENAGEOU a Rede União de Rádio e Televisão, ontem, na hora do expediente. O autor do pedido de homenagem, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), elogiou em seu pronunciamento a competência e a dedicação de todos os trabalhadores da empresa em prol da comunicação informativa e educativa, em especial do presidente da rede, José Alberto Bardawil.

Fundada em 1988 na capital

do Acre, Rio Branco, a Rede União – também chamada de TV União – entrou no ar como afiliada da TV Bandeirantes e foi decisiva na história da imprensa naquele estado, segundo Mesquita Júnior.

– A emissora é voltada para a transformação humana, com uma programação que promove a cultura, a informação e prioriza a juventude brasileira – afirma o senador no texto do seu requerimento.

Atualmente, a sede da Rede União é em Fortaleza, onde o grupo tem emissora independente. Além disso, há emissoras próprias em Brasília e em Rio Branco e ainda afiliadas em Natal, Mossoró (RN), São Luís e região oeste de São Paulo. Por assinatura e via satélite, a TV União também pode ser vista em mais de 200 cidades de vários estados. Sua programação traz informação, jornalismo e entretenimento.

### Mesquita Júnior: emissora informa, educa e diverte

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ressaltou a importância da Rede União de Rádio e Televisão para o estado do Acre, para a região amazônica e para o Brasil. Ele afirmou que a Rede União cumpre com eficiência seu papel como empresa de comunicação, informando, educando e divertindo milhares de telespectadores.

O senador avaliou positivamente as mudanças na maioria das empresas televisivas do país nos últimos anos, que passaram, conforme afirmou, a veicular programas e reportagens com temas importantes para a população brasileira, como educação sexual na juventude, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, cultura brasileira, meio ambiente, direitos do consumidor, entre outros assuntos.

### Alvaro destaca a interatividade com o telespectador

Na homenagem à Rede União, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou a ênfase dos programas jornalísticos da emissora para a interatividade com os telespectadores. Como exemplo, citou o programa *Papo União*, que permite a conectividade entre milhares de pessoas em tempo real, e as enquetes, que dão aos telespectadores a oportunidade de discutir temas de interesse da comunidade.

Alvaro assinalou que a TV União em pouco tempo se tornou referência entre as camadas mais populares de Rio Branco.

– Até então, apenas as vozes dos detentores do poder econômico eram vocalizadas na mídia eletrônica. A TV União inaugurou um portal que propiciou debates políticos e abriu espaço para o pluralismo de ideias, o que contribuiu para mudar a história do Acre.

### Adelmir: canal abriu um espaço democrático

A criação da TV União representou a abertura de um espaço democrático no setor, disse Adelmir Santana (DEM-DF), destacando que a emissora é a única TV cearense com sinal presente em outros estados.

Depois de observar que a programação da rede pode ser sintonizada atualmente em 250 municípios brasileiros, o senador afirmou que é muito difícil uma emissora regional conseguir espaço no mercado nacional, e que as TVs abertas ainda enfrentam “burocracias incríveis e dificuldades incontestáveis”.

Adelmir Santana lembrou ter apresentado emenda a projeto de lei visando à regulamentação das TVs abertas com o objetivo de estipular um percentual mínimo de programas regionais.

### TV regionalizou programação, diz Roberto Cavalcanti

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) sustentou que a TV União “já sofreu pressão de grupos econômicos poderosos”, inclusive “um atentado em sua nova sede no Ceará”. É bastante difícil manter independência nos meios de comunicação, afirmou.

Presente em 250 cidades, a rede optou por oferecer aos seus telespectadores programas destinados principalmente aos jovens e produzidos regionalmente, “rompendo com a hegemonia cultural do eixo Rio-São Paulo”, informou.

### Independência financeira e modernidade

José Alberto Pinto Bardawil, presidente da Rede União de Rádio e Televisão, emocionou-se ao recordar que a sobrevivência da rede no Acre não dependeu de patrocínio oficial do governo e atendeu pessoas – como o líder seringueiro Chico Mendes – que não teriam voz em outras emissoras.

– A Rede União surgiu do sonho de criarmos algo diferente no mundo das comunicações, falando diretamente com os jovens para, junto com eles, identificarmos valores mais elevados e a eles nos vincularmos.

### DataSenado revela que maioria acha ECA ineficaz

Pesquisa do DataSenado mostra que 99% dos entrevistados já ouviram falar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como dos conselhos tutelares, instituídos por essa lei. No entanto, para 38% dessas pessoas, o ECA trata especificamente do jovem infrator e 36% acham que a função do conselho tutelar é punir o jovem que desobedece a lei. Ou seja, o estatuto é conhecido, mas seu conteúdo, não. A pesquisa ouviu 1.176 brasileiros maiores de 16 anos, com acesso a telefone fixo, em 119 municípios, incluindo todas as capitais.

O levantamento também revela que a maioria (52%) acha que o ECA ajuda pouco a proteger a criança e o adolescente. Somados aos 9% que disseram que o estatuto não ajuda nessa proteção, mais de 60% manifestaram não acreditar que ele contribua muito para proteger os jovens.

Parcela semelhante (63%) acha que a legislação de proteção à criança e ao adolescente não é suficiente. Os mais jovens, entre 16 e 19 anos, são os que mais acreditam na eficácia do ECA (51%). De acordo com o levantamento, conforme aumenta a idade, essa crença diminui.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão não deliberativa

14h O Plenário se reúne em sessão não deliberativa. Sem a votação de projetos, é dedicada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

### CPC Calendário da reforma do código

9h A comissão de reforma do Código de Processo Civil realiza sua primeira reunião para aprovar calendário de atividades. O colegiado tem até o dia 27 para receber emendas ao projeto que trata do novo código.

### CCJ Investigação de denúncias

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realiza audiência pública sobre denúncias de violação de sigilo fiscal do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge, e de destruição de fitas com imagens da ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira, em encontro com Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto. Foram convidados o técnico em informática da Secretaria de Telecomunicações do Senado Demetrius Sampaio Felinto e a servidora da Receita Antonia Aparecida Neves Silva.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

#### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Adelmir Santana • Geraldo Mesquita Júnior • Acir Gurgacz • Niura Demarchi

#### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

#### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

#### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920





Senador comemora aproximação entre Chávez e Juan Manuel Santos

## Suplicy elogia recomendação de Chávez às Farc

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou as recentes afirmações do novo presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, e do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em favor da paz entre seus países. Ele se mostrou satisfeito com a recomendação de Chávez às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) para que libertem seus reféns.

O senador lembrou que, na posse, Santos já havia proposto uma aproximação com a Venezuela, cujas relações com seu país haviam sido estremecidas durante os últimos anos. O ex-presidente colombiano Álvaro Uribe denunciou a presença de integrantes das Farc em território venezuelano. Suplicy voltou a se declarar contra o uso da força física ou militar nas reivindicações sociais e ponderou que o mundo não pode esquecer as recomendações de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King contra a violência.

### “Manos e Minas”

Suplicy leu carta que enviou a João Sayad, presidente da Fundação Padre Anchieta, onde faz um apelo para que a TV Cultura mantenha no ar o programa *Manos e Minas*, que abriu um espaço inovador e de grande importância para o *hip hop* e o *rap*.

Segundo parlamentares brasileiros, argentinos e uruguaios, a presença venezuelana proporcionaria um maior equilíbrio no Legislativo do Mercosul, o que facilitaria a definição do número de representantes de cada país

# Ingresso da Venezuela pode facilitar o critério de proporcionalidade no Parlasul

APÓS TOMAR POSSE como presidente do Parlamento do Mercosul (Parlasul), o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) prometeu ontem empenhar-se pela aprovação, até o final do ano, do critério de representação cidadã, que estabelecerá o número de parlamentares a serem eleitos em cada país.

Mas a solução final para a questão, que vem sendo debatida há dois anos, poderá sair apenas depois da decisão do Congresso do Paraguai a respeito do Protocolo de Adesão da Venezuela, já aprovado por Brasil, Argentina e Uruguai.

É que o ingresso da Venezuela permitirá, segundo parlamentares brasileiros, argentinos e paraguaios, a existência de maior equilíbrio no Parlasul, a partir do momento em que novos representantes venham a ser eleitos, já com base na adoção do critério de proporcionalidade.

Ao final das duas etapas de transição previstas no protocolo constitutivo do parlamento, o Brasil terá 75 parlamentares e a Argentina, 43. O Paraguai e o

Uruguai ficarão com 18 parlamentares cada um. E a Venezuela, uma vez confirmada, contará com 30.

– O Brasil é tão grande que representa mais da metade da América do Sul, em termos de colégio eleitoral. Um país sozinho não pode ter o controle de um parlamento. Então, temos que ter uma proporcionalidade atenuada. E a entrada da Venezuela ajudaria muito nesse equilíbrio do parlamento – admitiu Mercadante.

### Cautela

Temendo uma derrota na votação do protocolo de adesão, o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, retirou a mensagem que havia encaminhado ao Congresso solicitando a aprovação da Venezuela. Mas está prestes a reenviar a proposta, segundo o parlamentar Alfonso González Núñez, chefe da representação paraguaia no Parlasul.

– O governo do Paraguai está agora fazendo *lobby* pela aprovação do protocolo de adesão e, quando contar com os votos necessários, deverá reenviá-lo

ao Legislativo – informou González Núñez.

Pouco antes da última reunião de cúpula do Mercosul, realizada no início do mês na cidade argentina de San Juan, o governo argentino fez circular uma proposta que manteria indefinidamente os números da proporcionalidade referentes à primeira etapa do processo de transição – ou seja, 37 vagas para o Brasil, 26 para a Argentina, 18 para o Paraguai e 18 para o Uruguai, atuais integrantes do bloco.

O passo para a etapa seguinte, segundo o documento, rejeitado pelo governo brasileiro, dependeria de mudanças nos quóruns e maiorias previstos no Protocolo Constitutivo do Parlasul – em uma tentativa de se conter a influência brasileira.

O tema chegou a ser tratado na reunião da Mesa Diretora do Parlasul, na segunda-feira. O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) fez um apelo a González para que o Congresso do Paraguai coloque brevemente em votação o Protocolo de Adesão da Venezuela.



Senador Mercadante (com deputado Dr. Rosinha): empenho pela aprovação, ainda este ano, do critério de representação cidadã

## Funcionários selecionados por concurso público

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) apresentou na segunda-feira, em Montevidéu, proposta que determina a realização de concursos públicos para a escolha de funcionários do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Ela passará por duas comissões antes de chegar ao Plenário e, caso seja aprovada, o primeiro concurso poderá ser realizado até o início de 2011.

Atualmente, segundo Rosinha, o Parlasul tem 27 funcionários, geralmente indicados por parlamentares do bloco. O deputado defende a escolha de até cem funcionários por meio de concurso, que seriam chamados segundo as necessidades da instituição. Todos os candidatos devem demonstrar proficiência em espanhol e português, segundo a proposta. Para Dr. Rosinha, o parlamento precisa contar com funcionários de dedicação exclusiva e que acompanhem de perto o processo de integração regional.

– A vantagem de se realizar um concurso público será a de contar com um corpo técnico que tenha identidade com a integração. Um quadro de funcionários capazes e comprometidos com a instituição – disse Rosinha.

## Relator pede ao presidente do STF sugestões sobre novo CPC

O senador Valter Pereira (PMDB-MS), relator da comissão especial que analisará o projeto de novo Código de Processo Civil (CPC), entregou na noite de ontem uma cópia da proposta ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, a quem solicitou sugestões ao texto.

– Disse ao presidente do STF que o Congresso quer a forte participação da Corte Suprema na votação da matéria, cujo plano de trabalho inclui a realização de várias audiências públicas – informou o senador.

Valter Pereira estava acompanhado do ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, que presidiu a comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto que resultou na proposta do Senado (PLS 166/10).

Segundo o senador, o presidente do STF disse que o traba-

lho comandado pelo ministro Fux “foi exemplar, de grande profundidade e que moderniza o CPC e dá a ele todas as condições de celeridade reclamada pela sociedade”.

Valter Pereira afirmou que o anteprojeto preparado pela comissão de juristas já é um trabalho acabado, que foi exaustivamente discutido, e, por isso, não há a intenção de efetuar nele grandes modificações.

Para o senador, o texto tem condição de ser aprovado ainda este ano, como deseja o presidente do Senado, José Sarney.

O relator do CPC anunciou que pretende ouvir representantes da advocacia, da Defensoria Pública, do Ministério Público, de juízes e de servidores do Poder Judiciário, bem como lideranças da sociedade, para colher subsídios e sugestões que



Para Valter Pereira, novo código pode ser votado ainda este ano

eliminam as três principais causas da morosidade da Justiça: o formalismo dos processos, o excesso de recursos aos tribunais e a litigiosidade.

A comissão especial realiza hoje, às 9h, sua primeira reunião, para definir o calendário de atividades. O relatório final deve ficar pronto entre os dias 21 e 27 de setembro.

## Brasil deverá ter boletim de ocorrência padronizado

Os boletins de ocorrência policial, preenchidos pelo delegado de polícia para registro de casos em que pode ter havido conduta criminosa, poderão passar a ser padronizados nacionalmente, para facilitar o trabalho da polícia e o intercâmbio de informações com delegacias de outros estados. É o que prevê proposta de Valdir Raupp (PMDB-RO) que poderá ser votada na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto, entre as informações no boletim de ocorrência – nome, endereço, profissão da pessoa que noticia o crime, data, hora e local –, deverão constar também a narração do fato e das circunstâncias que indiquem o cometimento do crime e a individualização do suposto autor do delito. A

tipificação da conduta, com indicação expressa do dispositivo legal penal, e a indicação de possíveis testemunhas, com nome, endereço e profissão, também será necessária. Pelo projeto (PLS 65/06), ainda que não seja possível concluir qual delito foi cometido, deverá ser indicado o tipo provável.

A proposta prevê ainda um prazo de 180 dias, a contar a partir da sanção da lei, para que as polícias estaduais e Federal promovam as alterações necessárias à padronização dos boletins de ocorrência.

Raupp afirma que, atualmente, cada estado tem um modelo próprio de boletim, o que dá margem a registros deficientes e mesmo incorretos das ocorrências, impossibilitando o conhecimento de qual é o quadro da segurança pública no país.



Veto de Lula retira de anexo 603 ações definidas pelo Congresso, entre elas investimentos em rodovias incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento



## Governo veta na LDO prioridades parlamentares

O PRESIDENTE LULA vetou 603 ações do anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define os gastos prioritários do Orçamento de 2011, o qual será executado pelo seu sucessor. Com essa decisão, o governo anulou as prioridades negociadas pelos parlamentares. Manteve apenas 92 ações que o próprio Ministério do Planejamento enviou ao Congresso, após entendimento com o relator da LDO, senador Tião Viana (PT-AC), para compor o chamado anexo de metas e prioridades (Anexo VII), que deveria ter sido enviado junto com a proposta original do Executivo.

O texto aprovado em 15 de julho pelo Congresso, e publicado na edição de ontem do *Diário Oficial da União*, incorporava 1.145 emendas parlamentares ao Anexo VII, das quais 974 individuais. Segundo consultores do Senado, elas incluíam ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como investimentos em rodovias, que foram vetados. A alegação do governo era de que haveria risco de duplicidade. Na prática,

o Executivo recupera o controle sobre a definição das obras que integram o PAC, algo que o Congresso queria evitar no Orçamento do próximo ano, cujo projeto de lei deve ser encaminhado até 31 de agosto.

No entanto, o governo acatou a decisão do Congresso que garante aumento real para o salário mínimo, com base na variação real do produto interno bruto (PIB) de 2009 – o que asseguraria um reajuste para R\$ 535,91 – ou regra que venha a ser estabelecida em “legislação superveniente”. Isso abre a possibilidade de que algum novo acordo possa ser negociado com as centrais sindicais, que reivindicam uma correção maior, com a incorporação da taxa de crescimento do PIB de 2010.

Passou também intacta a emenda que devolveu ao Congresso o direito de dar a palavra final sobre as obras federais com indícios de irregularidades graves, inclusive a prerrogativa de suspender a execução das despesas previstas no ano. Outra contribuição dos parlamentares, aceita pelo Executivo, foi

ampliar a lista das despesas que não poderão ser bloqueadas em 2011, listadas no chamado Anexo IV. Assim, não poderão ser contingenciados gastos com o programa de prevenção e combate à violência contra a mulher, alimentação do pessoal militar das Forças Armadas e do Fundo Nacional de Cultura, entre outros.

Mas há ainda outras mudanças feitas pelos congressistas que foram vetadas. Entre elas, está o dispositivo que previa que o crescimento dos investimentos federais em 2011 deveriam ser proporcionalmente superiores ao aumento das despesas correntes, como pessoal, passagens, diárias e gastos com a manutenção da máquina pública. O presidente Lula também vetou dispositivos que pretendiam ampliar e melhorar a qualidade das informações sobre finanças públicas. O Ministério da Fazenda, por exemplo, seria obrigado a divulgar a cada dois meses o saldo devedor e os pagamentos feitos pelos estados que refinanciaram as suas dívidas com a União na década de 1990.

## Dossiês: Alvaro Dias quer convocar ex-diretor da Previ

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu a convocação, pelo Senado, do ex-diretor e ex-assessor da presidência da Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) Gerardo Xavier Santiago. Gerardo afirmou à revista *Veja* desta semana que o fundo funciona como “fábrica de dossiês” contra a oposição ao governo Lula e como máquina de arrecadação para o PT. Essa e outras denúncias demonstram, na opinião do senador, que o Legislativo deve retomar sua função fiscalizadora.

– Procuram incutir na mente do brasileiro que criticar é prestar um desserviço. O Poder Legislativo existe também para fiscalizar. Não há como ignorar essa missão – disse.

Gerardo Mesquita Júnior (PMDB-AC) mencionou que as conquistas do governo do PT na área social são inegáveis, mas lamentou que o partido seja “uma coisa em público”, ao passo que, “em privado, mal consegue se manter na legalidade”.

## CCJ ouve hoje envolvidos em denúncias contra o governo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) colhe hoje depoimentos de supostos envolvidos na quebra do sigilo fiscal do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira, e na destruição de fitas com imagens da ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira em encontro com a ex-ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto. Os depoimentos foram solicitados por Alvaro Dias (PSDB-PR).

Ex-chefe de delegacia da Receita na Grande São Paulo, a auditora Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva deverá ser questionada sobre a violação dos dados de Eduardo Jorge. O outro convidado é Demetrius Sampaio Felinto, técnico em informática do Senado. Até 2009, ele controlava o sistema de câmeras do Planalto e teria copiado as imagens de suposto encontro entre Lina Vieira e Dilma. A ex-ministra nega que a reunião tenha ocorrido.

## Gurgacz defende agropecuária com preservação ambiental

Ao registrar sua participação na cavalgada de abertura da 12ª Exposição Agropecuária de Cacoal (Expoac 2010), Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que a produção rural e a preservação do meio ambiente devem andar juntas. Ele também informou que diversas outras cidades rondonienses realizam feiras agropecuárias anualmente: Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Alvorada do Oeste, Alta Floresta e Ouro Preto do Oeste. O objetivo principal dessas exposições é fomentar a produção e o comércio dos produtos agrícolas e pecuários no estado, informou.

– Não somente a produção, mas também a industrialização desses produtos. Isso tudo sem aumentar o desmatamento, preservando ainda mais o meio ambiente – declarou.

Gurgacz acredita que apenas a sintonia entre agropecuária e conservação ambiental poderá garantir que o Brasil produza alimentos de maneira sustentável e renovável para atender a crescente população brasileira.

Para o senador, a exploração sustentável dos recursos ambientais é questão de extrema importância para a economia de todos os estados, mas o ser humano também integra o meio ambiente. Assim, observou, um dos principais problemas ambientais brasileiros é a falta de saneamento básico.

– Investir em saneamento



Acir Gurgacz frisou importância de investimentos em saneamento básico

básico é investir em preservação do meio ambiente e investir na saúde do povo brasileiro – afirmou.

Outra questão importante para o desenvolvimento brasileiro e para a superação das desigualdades sociais, opinou, é a melhoria constante do setor educacional. Segundo resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb), a educação vem melhorando, mas lentamente, apontou o senador. Ele lembrou também que, embora as notas dos estudantes apontem para uma melhora, as desigualdades entre as escolas não estão sendo reduzidas. Assim, instituições de ensino do mesmo estado, ou até da mesma cidade, têm resultados díspares nas pesquisas sobre a qualidade da educação.

– Precisamos investir no ser humano, nas pessoas, por meio de ações no ensino público e nas questões sociais – disse.

## Impostos tiram das empresas dinheiro do investimento, diz Niura

Em apenas cinco meses deste ano o contribuinte brasileiro pagou R\$ 500 bilhões em impostos federais, estaduais e municipais, ressaltou a senadora Niura Demarchi (PSDB-SC). A “sanha arrecadatória”, segundo ela, inibe a poupança da população e os investimentos da iniciativa privada.

O pior, observou, é que não há contrapartida em termos de serviços públicos oferecidos à população, “pois todos conhecemos a precariedade da educação, da assistência à saúde, da segurança pública e do saneamento”.

A arrecadação deste ano deve chegar a 34,7% do produto interno bruto (PIB), um ponto percentual a mais do que o montante do ano passado. O fato demonstra, na avaliação de Niura, que o Brasil arrecada como um país desenvolvido, mas oferece aos seus cidadãos serviços públicos com padrão de terceiro mundo.

O crescimento da carga tributária coincidiu com a centralização de recursos na União, que em 1950 ficava com a metade do bolo tributário nacional e hoje detém cerca de 70%. Os estados ficam com 25% e os municípios, “com as sobras”, ou seja, menos de 5% do total arrecadado.

A centralização, acrescentou,



Para Niura Demarchi, arrecadação não tem contrapartida em serviços

além de sufocar os municípios, traz um efeito colateral: impede o planejamento de médio e longo prazos. Segundo ela, os recursos eventualmente obtidos por meio de transferências voluntárias quase sempre se destinam a obras fragmentadas, nem sempre planejadas, “com baixo impacto no desenvolvimento regional”.

Ao comentar declaração do presidente Lula de que a carga tributária de outros países é mais alta do que a brasileira, José Bezerra (DEM-RN) disse que faltou ao presidente dizer que em países como Suécia, Noruega e Canadá bons serviços em educação, saúde e segurança compensam os impostos altos. Já Selma Elias (PMDB-SC) relatou experiências de descentralização administrativa de Santa Catarina.